

AUTOCRACIA E JUVENTUDE: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Ricardo Pereira Moreira
Graduando em História Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
E-mail: ricardopereira_dm@hotmail.com

Palavras-chave: Autocracia. Escola. Juventude.

O presente trabalho está fundamentado aos estudos sistematizados por Pedro Demo (1996), nos quais se destaca a necessidade de uma formação científica associada à formação educativa. Na perspectiva de construção de um projeto que “dialoga criticamente com a realidade”, propõe-se a documentar, analisar e discutir as representações de jovens matriculados em escolas públicas e particulares do ensino médio, em Vitória da Conquista, sobre conceitos de autocracia e totalitarismo. Como base para análise das relações de poder no ambiente escolar, adotamos as teses de Michel Foucault, com ênfase sobre os efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda sociedade.

Assentado sobre as técnicas da pesquisa participativa, o trabalho tem como ponto de partida a exibição da película *A Onda*, de Dennis Gansel (Alemanha, 2008), a estudantes do terceiro ano do ensino médio de três escolas públicas e três particulares de Vitória da Conquista. Em seguida, os alunos são estimulados refletir e expressar suas opiniões sobre relações de poder, autocracia e violência nos seus diversos espaços de convivência cotidiana, possam. Em especial, busca-se inquirir sobre a existência de elementos autocráticos na formação e disciplina das gangues e grupos associados ao tráfico de entorpecentes, cujas ações se fazem sentir nos portões e pátios dos colégios, nos corredores e em salas de aula.

Os resultados da análise serão cotejados com dados relativos ao fenômeno da violência urbana em Vitória da Conquista, que, de forma significativa, tem atingido jovens matriculadas em escolas públicas e particulares do município.

Vitória da Conquista é uma cidade localizada no interior do Estado da Bahia. Tem uma população, registrada pelo último censo do IBGE, realizado em 2009, de 318.901 habitantes, dado que a torna a terceira maior cidade do Estado. A partir do final dos anos 1980, o município afirmou-se como um importante pólo regional de serviços. A educação, a rede de saúde e o comércio se expandiram vertiginosamente, de modo que a cidade acabou

por se constituir na terceira economia do interior baiano. A educação é um dos principais eixos de desenvolvimento da cidade que, hoje, conta com duas universidades públicas, um centro de educação tecnológica e três faculdades particulares. Entretanto, chama a atenção a presença continuada da cidade de Vitória da Conquista na imprensa local, estadual e mesmo nacional, pela escalada da violência que tem atingido de forma peremptória jovens de diferentes categorias sociais matriculados em escolas públicas e privadas da zona urbana do município.

São relevantes os dados indicativos da participação de estudantes em grupos ligados ao roubo de veículos e ao tráfico de entorpecentes. Estudantes de ensino médio, muitas vezes menores de idade, são assassinados nas portas das escolas ou em suas residências, em ações atribuídas a gangues e a grupos de extermínio.

Orienta a nossa pesquisa as representações que alunos de diferentes bairros, de escolas públicas e particulares de Vitória da Conquista, fazem das relações de poder e dos agrupamentos sociais próprios ao universo escolar e daqueles que, estruturados fora da escola, interferem na vida cotidiana dos estudantes. Estimulados pela exibição do filme, os alunos, serão estimulados a falar sobre o conceito de autocracia e os agrupamentos humanos pautados pelas formas autocráticas.

A trama do filme gira em torno de um professor de história do ensino médio encarregado de abordar com os seus alunos os conceitos de Autocracia e Totalitarismo. Quando tenta envolvê-los por meio de leituras e discussões, o professor se depara com adolescentes desinteressados e cansados dos métodos tradicionais de ensino. Decide, então, propor uma vivência de uma experiência totalitária. Os alunos se organizam em torno de um grupo intitulado “A Onda”. Identificam-se, no perfil dos “seguidores” de “a onda”, a falta de manifestações criativas e a tendência às ações adaptativas, a personalidade frágil, a melancolia ou tédio diante dos desafios cotidianos. Aos poucos, os alunos distanciam-se dos agrupamentos associados às noções de família, trabalho, religião e desvencilham-se de suas próprias particularidades para trabalhar por um ideal maior.

Na nossa pesquisa, o aluno é instigado a identificar, na sua própria realidade, elementos organizacionais e relações pessoais que, de alguma maneira, se aproximam ao tema da película. Estrutura-se, nesta perspectiva, uma proposta de investigação que propõe a associação entre teoria e prática e que, ultrapassando os muros da academia, se realiza como intervenção efetiva na sociedade. Por outro lado, baseado na premissa de que “o saber está marcadamente ligado a interesses sociais, definidos como contraposições dialéticas” (DEMO,

2007), o projeto deverá contribuir para a superação da disparidade entre o processo de saber e do processo de mudar.

Complementarmente, a análise, por parte do pesquisador, das representações da violência e das relações de poder enunciadas pelos sujeitos da pesquisa, pressupõe a formulação de quadros explicativos de referência, sem os quais elimina-se a capacidade de criação discursiva e analítica. Deve-se, pois, relacionar alternativas explicativas, conhecer seus vazios e suas virtudes e, principalmente, sua potencialidade intrínseca de cultivar a polêmica do diálogo construtivo. Desta forma, impõe-se assumir a teoria como **instrumentação interpretativa** e condição de criatividade. Colocar-se como captador é vital à definição do que se quer captar.

Um primeiro conceito fundamental ao desenvolvimento da nossa pesquisa é o de violência. Para Michaud (1989), a violência ocorre quando, em uma situação de interação, um ou vários autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. Pode-se assim definir como marca constitutiva da violência a tendência à destruição do outro, ao desrespeito e à negação do outro, seja no plano físico, psicológico ou ético.

Eric Debarbieux (2002) alerta para a incoerência de se expandir a definição de violência, de hiper-ampliar o problema até torná-lo impensável, com o risco político de criminalizar padrões comportamentais comuns, ao incluí-los na definição de violência. Por outro lado, uma definição excessivamente limitada pode excluir a experiência de algumas vítimas, ignorando que a pior violência deriva da “micro-violência”.

Aplicada ao contexto escolar, a noção de violência encontra-se frequentemente associada à idéia de indisciplina. Acentuada pelos gestores e professores, a indisciplina, resulta em todas as formas de conflito que incorporam a capacidade de resistência ao trabalho com o conhecimento e a dificuldade de respeitar as normas e regras da escola. Este tipo de violência se expressa, por vezes, como uma aparente submissão, mas, na maior parte do tempo, por meio de “excessos” de todos os tipos: depredação, pichações, zombarias, maus comportamentos, desordem, atitude de desrespeito, de intolerância aos acordos firmados.

Outro conceito relevante para a definição de violência escolar seria o de incivildade. Por incivildade se compreende as ações e comportamentos de alunos que se caracterizam pela indelicadeza e “malcriação”. Por vezes suas ações resultam em vandalismo e, normalmente, esses alunos são associados, pelo outro, como componentes de grupos de “vagabundos”. De acordo com Debarbieux (2002), as incivildades mais inofensivas –

barulho, sujeira, impolidez – parecem ameaças contra a ordem estabelecida, pois transgridem códigos elementares da vida em sociedade, como o código de “boas maneiras”. Difunde-se, pois, na escola, uma definição inclusiva da violência, que maximiza o potencial dos atos de incivilidade, aumenta o pessimismo em relação a possíveis soluções e reforça o sensacionalismo que geralmente existe sobre o assunto.

Bernard Charlot (2000) amplia noção de violência escolar e a classifica a em três níveis básicos: a violência propriamente dita (que se manifesta com incursões físicas, como golpes, ferimentos e roubos); a incivilidade (os atos de humilhação, as palavras grosseiras e a falta de respeito); e, por fim, a violência simbólica institucional. Esta consiste na presença, no ambiente escolar, de imposições próprias de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens; na violência decorrente das relações de poder entre professores e alunos; na negação da identidade e da satisfação profissional aos professores; na obrigação, imposta aos professores, de suportar o absentéismo e a indiferença dos alunos.

A violência escolar no viés simbólico institucional pode se manifestar de duas formas: como violência interna (praticada ou exercida dentro dos limites físicos da instituição) ou como violência extraescolar. (praticada ou exercida fora dos limites físicos da instituição). A abordagem da violência escolar deve estar ancorada sobre a certeza de que, antes de atravessar o portão do colégio, o aluno advém de sua própria casa, frequenta outros espaços de referência identitária, trafega pelas ruas e praças, ambientes nos quais encontram-se estabelecidas diversas relações de poder. Transitando nesses diferentes mundos, o aluno é objeto de desejo de poder de forças diversas, é energia vital de diversos grupos de micro-poder, que encontram na estrutura física e intelectual da escola uma concorrência ao exercício da sua hegemonia e do seu controle.

Como salienta Foucault (1998), não existem, de um lado, os que possuem o poder e, do outro lado, os que dele são desprovidos. As práticas ou relações de poder, são exercidas, se efetuam e funcionam. Não se pode destacar o poder como um objeto, mas como uma relação, que não raras vezes resulta em conflito, que se manifesta sob formas bélica, simbólica, intelectual. Um dos pontos elementares que serve para detectar e explicitar as relações de poder é a sua distinção do poder como central ou periférico, situado em um nível macro ou micro.

Nas nossas escolas, os diretores, orientadores, coordenadores pedagógicos e os professores atuam pautados na proposta do “educar para crescer”. Nessa perspectiva, cria-se uma rede densa de informações, propagandas e mecanismos de dominação que tem como alvo o aluno. Para a consecução de seus objetivos, a estrutura hierárquica da escola incorpora um

desejo de poder a ser exercido sobre o conjunto dos alunos, cuja força numérica não encontra correspondência na capacidade de enfrentamento às formas autocráticas e autoritárias que a escola legitima. Por isso a escola aposta na existência de indivíduos “*atomizados e isolados*” e busca coibir a existência de qualquer atividade autônoma. Nela, os diversos membros da estrutura institucional governam como líderes sustentados por um poder externo que lhes garante e às suas ações o caráter de “artefato oficial”. Mas, como salienta Arendt na sua definição do líder totalitário, ele “não é um indivíduo sedento de poder, que impõe aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária. Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento” (ARENDDT, 1989, p. 375). Entre os integrantes do grupo gestor é relevante a figura do professor que, embora subordinado hierarquicamente, exerce sua força a serviço da instituição isolado dentro da “sua sala de aula”.

Mas, em um plano periférico, no portão, na rua e nas praças, o corpo discente das escolas percorre e convive com outras formas e relações de poder. Se não estão incorporadas aos princípios gerais que orientam a ação escolar, essas formas e relações são de pronto associadas à noção de violência, definidas como elementos marginais, um câncer que deve ser extirpado da sociedade. Primordialmente, a escola busca associar os seus dissidentes a gangues e organizações criminosas, ao tráfico de entorpecentes e os acusam de tentar estabelecer um poder paralelo dentro das instituições de ensino.

Nas representações dominantes sobre esses grupos de micro-poder, identifica-se a presença de um chefe único ou gestor uno de comando, que dita, de forma arbitrária e tirânica, seus desígnios e vontades, sem questionamento dos seus subordinados. Em compensação, os membros das organizações paralelas transformam-se, sob esta ótica, em “massa de inversão”, capaz de afrontar no plano simbólico e físico, as estruturas legais que sobre eles exerceram o seu poder:

os lobos sempre comeram as ovelhas; será que desta vez as ovelhas comerão os lobos”? [...] Existem duas maneiras de conseguir uma libertação. Podem repassar para baixo as ordens que recebem de cima, ou podem pagar na mesma moeda que tão longamente sofreram por seus superiores. [...] Quando, porém, muitos deles se reúnem numa massa é possível que consigam, isoladamente, o que lhes foi negado. Esta massa unida pode voltar-se contra aqueles, que até então, lhes davam ordens (CANETTI, 1995, p. 57).

A adesão a um poder paralelo faculta, aos seus membros, confrontar a repressão dos seus superiores, desqualificar o poder daqueles que, tradicionalmente, lhes davam ordens. Subordinado a um ou outro micro-poder, o aluno encontra-se, entretanto, subordinado a um

poder disciplinar. A disciplina é um mecanismo, um instrumento de poder, e não uma instituição ou um aparelho. Baseado no controle do tempo, o poder disciplinar deve exigir dos seus subordinados a produção – produção de conhecimento, para aqueles que se subordinam aos ditames da instituição escolar; produção de lucro e expansão da influência no caso do membro da organização paralela. lucro, venda ou influência. O poder disciplinar deve se valer da vigilância, que precisa ser vista pelos indivíduos que a ele está exposto. Mas o poder disciplinar não destrói o indivíduo, ele o fábrica segundo o molde da instituição/organização à qual serve de instrumento.

Assim, no contexto da escola contemporânea, afirma-se uma clara e objetiva disputa entre micro-poderes que têm nos alunos a sua possibilidade de afirmação e expansão. O poder, portanto, como salienta Foucault (1998), não é algo unitário e global, nem natural. A relação de poder é uma prática social, que se expressa sob formas distintas e se exerce sobre camadas heterogêneas da sociedade.

Os indivíduos submetidos às diferentes relações de poder não podem deixar de refletir “as discrepâncias e as harmonias, as atrações e repulsões entre os dois mundos” (QUIJUANO, 1978). Sem estar imune às pressões impostas pelas formas dominantes de cultura e pela sua posição na estrutura social, o indivíduo que se vincula às relações de poder à margem das estruturas oficiais insere-se como elemento ativo em um contexto de mudança e de conflitos entre duas culturas diferentes, superpostas em uma relação de dominação.

Referências

A ONDA. Direção: Dennis Gansel. Elenco: Jürgen Vogel, Frederick Lau, Max Riemelt, Jennifer Ulrich, Christiane Paul, Jacob Matschenz, Cristina do Rego, Elyas M'Barek, Maximilian Vollmar e Max Mauff. Alemanha: Constantin Film Produktion; Rat Pack Filmproduktion, 2008. 101 min.

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber, elementos para uma teoria*. 1. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Pesquisa: Princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1996.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Estimativas das Populações Residentes, segundo os municípios*, em 1º de Julho de 2009. Brasília, DF: DOU, 14 ago. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf>.

MICHAUD, Ives. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

QUIJUANO, A. *Notas sobre o conceito de marginalidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

WECHSLER, S. M. (Org.). *Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática*. Campinas: Alínea, 1996.